

DECRETO Nº 2.347 DE 07 DE ABRIL DE 1989 - (REVOGADO)

(Publicado no Diário Oficial de 11/04/1989)

Ver Decreto nº 3.554/90, que estabelece normas de recolhimento dos débitos vencidos ou vincendos até o dia 18/05/90, relativamente ao AIR.

A EC nº 3/93, publicado no DOU de 18/03/93, dispõe que a alíquota do AIR para o exercício financeiro de 1995, ficará reduzida para 2,5%.

Este Decreto foi revogado a partir de 01/01/96, pela EC nº 03/93, publicada no DOU de 18/03/93.

Aprova o Regulamento do Adicional de Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – RAIR.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 4.820, de 30 de 1988,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento para a cobrança do Adicional de Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza – AIR, incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital, que com este se publica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retraindo os seus efeitos a 1º de março de 1989.

GABINETE DO GOVERNADOR, em 07 de abril de 1989.

VALDIR PIRES

Governador

Sérgio Gaudenzi

Secretário da Fazenda

REGULAMENTO DO ADICIONAL DE IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA – AIR.

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA

Art. 1º O Adicional do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – AIR- tem como fato gerador a obrigação de pagar o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente sobre lucros, ganhos rendimento de capital.

Art. 2º Ocorre o fato gerador do AIR:

I - quando do pagamento pela pessoa jurídica do imposto com base no lucro real, presumido ou arbitrado;

II - quando do pagamento pela pessoa física do imposto devido relativamente a:

a) lucros distribuídos por pessoa jurídica;

b) rendimentos de alugueis e rolares;

c) rendimentos da agricultura, pecuária e assemelhados;

d) rendimentos de capital;

e) outros rendimentos sujeitos ao pagamento do Imposto Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

CAPÍTULO II DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 3º O AIR não incide sobre rendimentos:

I - do trabalho assalariado;

II - do trabalho autônomo;

III - de aposentadoria;

IV - distribuídos por sociedades civis de serviços profissionais.

Parágrafo único. Fica incluído da incidência do AIR o produto do aumento de capital das empresas, decorrente da incorporação de reservas, resultante da aplicação da correção monetária.

CAPÍTULO III DAS ISENÇÕES

Art. 4º Ficam isentas do AIR as pessoas físicas ou jurídicas que no total, tenham rendimentos anuais no valor de NCZ\$13.840,00 (Treze mil, oitocentos e quarenta cruzeiros novos).

Parágrafo único. O limite da isenção será atualizado, anualmente, mediante a aplicação do índice oficial de atualização monetária.

CAPÍTULO IV DA SUJEIÇÃO PASSIVA

SEÇÃO I DO CONTRIBUINTE

Art. 5º O contribuinte do AIR é a pessoa física ou jurídica definida em Lei Federal como contribuinte do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos do capital.

Parágrafo único. São também contribuintes o espólio, a massa falida, o condomínio, as sociedades fato, as cooperativas, as entidades educacionais, sociais, desportivas e outras assemelhadas com finalidades lucrativas.

SEÇÃO II DO RESPONSÁVEL

Art. 6º São responsáveis pelo recolhimento do AIR e demais acréscimos legais:

I - pessoa jurídica definida em Lei Federal como responsável pela retenção de Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital;

II - pessoa jurídica, em relação a pagamentos devidos ao contribuinte.

SEÇÃO III DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRIBUINTES E RESPONSÁVEIS

Art. 7º São obrigações do contribuinte:

I - pagar o AIR devido na forma, local e prazos previstos na legislação estadual;

II - exibir ou entregar ao Fisco, os livros, documentos e elementos auxiliares, relacionados com a condição de contribuinte;

III - não impedir nem embaraçar a fiscalização, facilitando o acesso aos elementos solicitados para fins de levantamento do valor do adicional devido;

IV - cumprir todas as demais exigências contidas na legislação tributária.

Art. 8º São obrigações do responsável solidário:

I - descontar de contribuinte pessoa física, o AIR incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital, sempre que o Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza for exigido antecipadamente pela União ou retido na fonte;

II - descontar de pessoa jurídica, o AIR incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital sempre que estes forem de tributação exclusiva na fonte;

III - cumprir as disposições contidas nos incisos I, II, III e IV do artigo anterior.

SEÇÃO IV DO DOMICÍLIO DO CONTRIBUINTE

Art. 9º O AIR será devido sempre que o contribuinte tiver domicílio no território

do estado.

Parágrafo único. Quando se verificar; em relação à pessoa física, mais de uma residência ou, relativamente a considerar-se-á como domicílio do contribuinte o local da ocorrência dos atos que derem origem aos lucros, ganhos e rendimentos de capital.

CAPÍTULO V DA ALÍQUOTA E DA BASE DE CÁLCULO

SEÇÃO I DA ALÍQUOTA

Art. 10. A alíquota do AIR é de 5% (cinco por cento).

SEÇÃO II DA BASE DE CÁLCULO

Art. 11. A base de cálculo do AIR é o montante pago pelo contribuinte à União a título de Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital.

CAPÍTULO VI DO CÁLCULO E DO PAGAMENTO

SEÇÃO I DO CÁLCULO

Art. 12. O AIR será calculado aplicando-se a alíquota estabelecida no artigo 10 sobre a base de cálculo prevista no artigo anterior.

§ 1º Não tendo o Fisco Estadual acesso tempestivo à prova de pagamento, o adicional será calculado sobre o Imposto que foi pago à União no tempo e no parcelamento deferido pela Receita Federal.

§ 2º Na hipótese de pluralidade de residências ou de estabelecimentos, na forma do parágrafo único do artigo 9º, o AIR será calculado:

I - pela pessoa jurídica, com contabilidade centralizada proporcionalmente, com a aplicação de percentual de participação dos atos e fatos ocorridos neste Estado que derem origem ao lucro tributável;

II - pela pessoa física ou pessoa jurídica, com contabilidade regionalizada, sobre a totalidade do imposto pelos rendimentos de que trata o artigo 2º I e II, relativamente aos atos e fatos ocorridos neste Estado.

SEÇÃO III DO PAGAMENTO

Art. 13. O AIR será recolhido junto à rede bancária arrecadadora, mediante o preenchimento de Documento de Arrecadação - DAE, modelo 2, com a indicação do código de receita - 0717, nos prazos seguintes:

I - até o dia 20 de cada mês - para o AIR devido na primeira quinzena do próprio mês; anterior;

II - até o dia 5 de cada mês - para o AIR devido na Segunda quinzena do mês

CAPÍTULO VII DA RESTITUIÇÃO OU COMPENSAÇÃO

Art. 14. Serão restituídos no todo ou em parte, as quantias relativas ao AIR indevidamente recolhido, mediante requerimento do credor.

§ 1º A restituição total ou parcial deverá, se for o caso, ser acompanhada da multa e demais acréscimos legais, recolhidos proporcionalmente ao imposto pago a maior;

§ 2º O AIR recolhido no decorrer de exercício, quando indevido pela isenção de que trata o artigo 4º, será restituído mediante comprovação da condição do contribuinte pela apresentação da notificação do Imposto de renda, emitida pela Receita Federal.

§ 3º O processo de restituição reger-se-á pelas normas contidas no Regulamento do Processo Administrativo Fiscal.

CAPÍTULO VIII DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 15. A legislação estadual poderá atribuir ao contribuinte ou responsável o cumprimento de obrigações acessórias do interesse da administração tributária.

CAPÍTULO IX DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 16. O descumprimento da obrigação tributária, principal ou acessória, prevista neste Regulamento, o infrator ao pagamento das seguintes multas, sem prejuízo do pagamento do tributo devido e seus acréscimos:

I - 50% (cinquenta por cento) do valor do adicional devido, quando o recolhimento for exigido por ação fiscal;

II - 100% (cem por cento) do valor do adicional devido, quando a falta de pagamento decorrer de dolo, fraude ou simulação;

III - 5 (cinco) vezes o valor da Unidade Padrão Fiscal (UPF-BA), em caso de infração diversa das tipificadas nos incisos anteriores.

a) 50% (cinquenta por cento), quando o contribuinte recolher o adicional dentro de 30 (trinta) dias da ciência do auto de infração ou da notificação fiscal;

b) 20% (vinte por cento), quando o recolhimento do adicional ocorrer antes do ajuizamento da dívida ativa.

CAPÍTULO X DA ARRECADAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 17. A arrecadação e fiscalização do AIR compete à Secretaria da Fazenda Departamento de administração Tributária – DTA.

§ 1º A fiscalização será exercida, sobre as pessoas físicas ou jurídicas, desde que sejam sujeitos passivos da obrigação tributária, inclusive as que gozam de imunidade e isenção.

§ 2º Na falta ou inexatidão do pagamento do adicional, inclusive o devido na fonte, será procedida a ação fiscal mediante lavratura do auto de infração pelo Auditor Fiscal, que formalizará a existência do crédito tributário e seus acréscimos legais.

Art. 18. A fiscalização do AIR poderá ser realizada através de Convênio a ser celebrado entre o Estado e a União.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. O AIR retido ou devido no mês de março do corrente exercício, deverá ser recolhido até o dia 20 de abril de 1989.

Art. 20. Aplica-se o AIR, no que couber, a Lei nº 3.956, de 11 de dezembro de 1981.

Art. 21. Este Regulamento entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1º de março de 1989.